

Empresariado e Estado Novo em Portugal: análise da trajetória de Joaquim Roque da Fonseca como representante do patronato português (1933-1945)

PRISCILA MUSQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA¹

A proposta deste trabalho consiste em investigar a relação entre o empresariado português e o governo durante o Estado Novo, especificamente no período de 1933 a 1945, buscando compreender a participação dos empresários na construção do regime, as arenas utilizadas para se articularem e reivindicarem seus interesses e como se posicionaram diante da implementação de políticas de bem-estar social ao longo do período.

Também faz parte da proposta analisar as dimensões do diálogo estabelecido entre os empresários de Portugal e do Brasil a partir da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação de 1933. Nesse sentido, a investigação tem como fio condutor a análise da trajetória política e representativa do parlamentar e presidente da Associação Comercial de Lisboa, Joaquim Roque da Fonseca.

Trata-se dos resultados iniciais de uma análise comparada a respeito da atuação do empresariado brasileiro e português ao longo das experiências autoritárias do Brasil e de Portugal, ambas denominadas *Estado Novo*. A pesquisa intitulada *Empresariado e Estado Novo no Brasil e em Portugal: uma investigação a respeito de suas elites empresariais em contextos autoritários (1933-1945)*, desenvolvida com a orientação do professor doutor Ignacio José Godinho Delgado, parte da análise das trajetórias de duas lideranças empresariais responsáveis pela condução de entidades de representação que reuniam setores expressivos do empresariado de seus países e possuíam diálogo constante com os chefes do executivo. No Brasil, foi escolhida a trajetória de João Daudt d'Oliveira, industrial do setor farmacêutico que presidiu a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) ao longo do Estado Novo.

Este trabalho se divide em três partes: na primeira seção, analiso o contexto republicano português e as tensões entre o empresariado e o Estado em meio a instabilidades sociais e ao caos econômico que marcaram o período. Na segunda seção, este trabalho aborda a relação entre o empresariado e o novo governo, instituído a partir do golpe militar em 1926 e o processo de formação das bases do Estado Novo. Nessa mesma seção, analiso o processo de aproximação entre Portugal e Brasil, especificamente a partir da assinatura do Tratado de

¹ Doutoranda em História. Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Bolsista CAPES. e-mail: priscila.musquim.alcantara@gmail.com.

Comércio e Navegação de 1933. Na terceira parte, discorro sobre como a trajetória de Joaquim Roque da Fonseca como representante empresarial e parlamentar se insere nesse contexto, em especial, no que se refere as articulações em torno de uma efetiva aproximação entre Brasil e Portugal após a assinatura do Tratado, em 1933.

1 - EMPRESARIADO PORTUGUÊS E AS TENSÕES AO LONGO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

É possível observar que para o empresariado português, a Constituição de 1933 e o estabelecimento do Estado Novo consolidavam as iniciativas de estabilização de uma economia que vivenciara situação de caos nos anos republicanos. A situação política era também caótica: em dezesseis anos de duração, a Primeira República portuguesa contou com oito presidentes e cinquenta mudanças de governo. À essa instabilidade política, somavam-se problemas graves na economia portuguesa, que afetaram de maneira drástica o empresariado do país. Em 1922, por meio de uma reforma econômica, determinou-se que os custos do equilíbrio das finanças e os esforços para a sustentabilidade do câmbio deveriam ser repassados às empresas, por meio do aumento da carga tributária. Transações financeiras passaram a sofrer uma sobreposição de impostos (MADUREIRA, 1998:780-781). Além disso, o empresariado enfrentou inúmeros movimentos grevistas por parte de seus trabalhadores, que esperavam dos republicanos o atendimento das promessas de construção de uma nova ordem baseada no trabalho e na justiça, feitas ao longo do processo de derrubada da Monarquia. Sentindo-se ameaçado pela crescente agitação social, o Estado adotou, entre 1918 e 1920, uma série de medidas a favor do operariado e do baixo funcionalismo, tais como a obrigatoriedade do seguro social, a criação de um Instituto de Seguros Sociais, a definição da jornada de trabalho semanal de 48 horas², em um contexto em que o empresariado se mostrava pouco receptivo a arcar com custos de políticas sociais.

Com o agravamento das tensões e o golpe militar, iniciou-se uma nova fase na experiência política portuguesa. Em 1928 ocorreram as eleições presidenciais que deram a vitória ao General António Óscar Fragoso Carmona. Ingressou no governo, como ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, professor catedrático de Economia Política, Ciência

² 42 horas para bancários e funcionários de escritório. MARQUES, A. H. Oliveira. **A Primeira República Portuguesa**. Alguns aspectos estruturais. Lisboa: Livros Horizonte Lda. p.45-40.

das Finanças e Economia Social da Universidade de Coimbra. Salazar promoveu um conjunto de medidas que resultaram no equilíbrio do orçamento e estabilização da moeda portuguesa, valendo-se de uma rígida prática administrativa. Rapidamente conquistou o apoio de amplos setores da sociedade portuguesa. Segundo Oliveira Marques,

atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classes, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demo-liberal e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos, finalmente convencidos de que Salazar acabaria por devolver o seu rei (MARQUES, 1986: 372).

2 – O EMPRESARIADO NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS E A APROXIMAÇÃO COMO O BRASIL

Com prestígio garantindo em múltiplos setores, no ano de 1932, Salazar assumiu a presidência do Conselho de Ministros e deu início a substituição de generais do governo por docentes da Universidade de Coimbra. Articulou a formação da União Nacional, que segundo Fernando Rosas, consistia em uma “*verdadeira frente política estruturante da convergência das forças da direita numa plataforma comum de apoio ao Estado Novo*” (ROSAS, 1998:295)³. Em 1933 foi posta em vigor uma nova Constituição, que conferia concentração de poder para o Executivo e a proibição de atuação dos partidos políticos. A União Nacional era o único mecanismo político passível de atuação. A Constituição de 1933 representou, portanto, a formalização das diretrizes fundamentais da proposta de governo de Salazar, que

³ No período republicano, a direita portuguesa apresentava, segundo António Costa Pinto, uma tipologia tripartida de seu espectro político ideológico: um grupo, definido como *liberal conservador*, expresso pelos partidos republicanos conservadores, que desejavam a remodelação do sistema partidário por meio da criação de um forte partido conservador; a tipologia do *conservadorismo autoritário*, acentuadamente antiliberal, defensor de um partido único de vocação integradora; e, por fim, a *direita radical*, que propunha uma ruptura total com o liberalismo e que tinha como principal suporte ideológico o Integralismo Lusitano. Cf: PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O corporativismo em português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.19-20.

tinha como objetivo a construção de um Estado com uma estrutura corporativa. (FERREIRA, 1998: 953).

Foi nesse contexto que o governo de Salazar esboçou e concretizou uma política social relativamente inovadora, em conformidade com os princípios do pensamento social católico, por setores integralistas e nacional-sindicalistas que defendiam o paternalismo social da iniciativa patronal. Essas iniciativas são expressas na criação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (1933), no Estatuto do Trabalho Nacional (1933) e na Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935) (PATRICARCA, 1998).

No campo da política externa, entre 1933 e 1945, é possível observar que Portugal buscou articular com o Brasil diversas iniciativas de aproximação. A primeira que podemos destacar é o Tratado de Comércio e Navegação de 1933. O país americano vivenciava um contexto político que apresentava semelhanças com o português nos aspectos políticos e sociais: no Brasil, em 1930, um golpe de estado deu fim ao período republicano e iniciou o governo do presidente Getúlio Vargas, que esteve a frente do Executivo ininterruptamente até o ano de 1945. Em 1937, após uma breve experiência democrática, estabelecida pela Constituição de 1934, teve início o Estado Novo no Brasil e foi formulada uma nova Constituição. Assim como em Portugal, o Estado Novo brasileiro apresentava estruturas políticas essencialmente hierárquicas, predominância do poder executivo e supressão de oposição política, bem como a introdução de políticas econômicas que se ancoravam no dirigismo estatal⁴.

A partir de então, a busca pela aproximação entre os dois países se intensificou não apenas no campo econômico. No campo cultural, os resultados desses esforços se expressam no Acordo Cultural Luso-Brasileiro (1941), no Acordo Postal e Telegráfico (1943) e nas Convenções Ortográficas de 1943 e 1945.

A aproximação interessava aos dois países: o governo português objetivava uma integração lusófona efetiva com suas colônias e com o Brasil. Ao Brasil, a aproximação era encarada como um fator que poderia contribuir para a afirmação de seu nacionalismo e a

⁴ A respeito do Estado Novo brasileiro, seguem algumas referências utilizadas ao longo da pesquisa. Cf: GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. (org). **A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

identificação com a etnia portuguesa em detrimento das demais ia de encontro aos seus interesses em função de seu posicionamento na Segunda Guerra Mundial⁵. Além disso, em função do retraimento comercial Europeu no contexto da guerra, o aprofundamento das relações com Portugal era encarado como uma possibilidade de aumentar as exportações brasileiras para a Europa. Conforme analisa a historiadora Carmen Schiavon, “*a intensificação nas ligações luso-brasileiras permitiria aos dois países a sua afirmação no cenário internacional e o fortalecimento de seus nacionalismos*” (SCHIAVON, 2007: 287).

3 – JOAQUIM ROQUE DA FONSECA E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA

No contexto acima descrito se insere a trajetória de Joaquim Roque da Fonseca como parlamentar e presidente da Associação Comercial de Lisboa⁶. Nascido em 1891, na capital portuguesa, atuou como comerciante e se formou em licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras de Lisboa⁷.

Entre suas ações na liderança da Associação Comercial de Lisboa, destacam-se os esforços para a criação do Centro de Documentação Econômico, que tinha como objetivo proporcionar aos membros conhecimentos atualizados sobre economia, bem como promover um constante intercâmbio com alunos de escolas técnicas e superiores. Participou, em 1944, da Conferência Econômica Internacional de Rye, em Nova York, fórum de expressiva importância que reuniu representantes de diversos países para discutir as bases da organização mundial que seriam implementadas com o fim da Segunda Guerra Mundial⁸.

Foi parlamentar, fazendo parte de quatro legislaturas consecutivas entre 1935 e 1949, o que representa um longo período de 14 anos de inserção junto à Assembleia Nacional. Segundo Rita Almeida de Carvalho, uma carreira parlamentar muito longa poderia sinalizar o grau de confiança que o chefe de governo depositava no deputado (CARVALHO, 2001: 7-30). Embora a Assembleia Nacional possuísse suas prerrogativas jurídicas limitadas pelo regime político, em especial pelo artigo 92º da Constituição de 1933, que determinava que as

⁵ Considerando o contexto da Segunda Guerra Mundial e existência de numerosos descendentes de imigrantes que vieram de países que compunham o Eixo: italianos, alemães e japoneses. O Brasil deu início a uma política de nacionalização de escolas de imigrantes e proibiu o ensino da língua de nações que faziam parte do Eixo.

⁶ Ocupou a presidência da Associação Comercial de Lisboa entre 1936 e 1948.

⁷ ARQUIVO ELETRÔNICO DO PARLAMENTO DE PORTUGAL. Disponível em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/f/fonseca_joquim_roque_da.pdf. Acesso em: 15/01/2015

⁸ Idem.

leis votadas pelos deputados deviam se restringir à aprovação das bases gerais dos regimes jurídicos, a instituição possuía expressivo papel na representação de diferentes segmentos sociais.

À cedência às “leis correntes” obrigava o regime, ao integrá-la no seu sistema político, a um cuidadoso recrutamento dos deputados, o qual era pessoalmente conduzido por Salazar. Deste modo se conferia uma singular importância a este corpo político, instrumentalizado enquanto elo de ligação entre este e a respectiva base social de apoio (CARVALHO, 2001: 8)..

Roque da Fonseca tinha acesso direto tanto a Salazar quanto ao então presidente, o general Carmona, reunindo-se frequentemente com ambos. Na década de 1940, foi o responsável pela seção do comércio e da indústria na exposição industrial portuguesa, organizada em 1940 pelo governo estadonovista com o objetivo de mostrar o desempenho industrial português e fomentar a comercialização de seus produtos⁹

Participou ativamente de diálogos a respeito das relações comerciais entre Brasil e Portugal durante sua gestão como presidente da Associação Comercial de Lisboa. Seu nome era frequentemente noticiado na imprensa brasileira no período. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, afirmou que “o desenvolvimento do intercâmbio econômico entre Portugal e o Brasil constitui uma das principais preocupações da Associação Comercial de Lisboa”¹⁰.

No ano de 1941, em parceria com Vitor Guedes Monteiro, organizou o Grupo dos Amigos do Brasil, que tinha como objetivo contribuir para a aproximação luso-brasileira. O processo que culminou na criação do grupo envolveu um amplo debate entre as associações comerciais de Lisboa e do Porto, por meio das quais se expressaram empresários interessados na exportação de produtos para o Brasil.¹¹ Com a assinatura do protocolo adicional ao Tratado de Comércio e Navegação entre Brasil e Portugal, naquele mesmo ano de 1941, Roque da Fonseca enviou ofício a Salazar, parabenizando-o, em nome da Associação Comercial de Lisboa, pela iniciativa

Trazemos nossas congratulações à v. ex. a quem o país, após a conclusão dos trabalhos indicados no protocolo, ficará devendo entre os êxitos felizes de uma

⁹ A capacidade e o esforço português no campo industrial. **A Noite**. p. 3, 20 de julho de 1940.

¹⁰ Relações comerciais luso-brasileiras. O sr. Roque da Fonseca, em entrevista para o *Jornal do Brasil* anuncia a próxima visita ao nosso país de uma embaixada comercial portuguesa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. p. 11, 24 de junho de 1937.

¹¹ Cf. Reunião em Lisboa dos representantes das firmas exportadoras para o Brasil. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, p. 7, 27 de março de 1941. Carmona na presidência do Grupo dos Amigos do Brasil. Rio de Janeiro, **Correio da Manhã**, p.7, 27 de março de 1941.

política exterior que tem assegurado a paz e o trabalho à nação, este outro êxito de haver consolidado as bases das relações econômicas entre as duas nações irmãs, cuja fraternidade recebeu há pouco a mais emocionante consagração de que povo algum se pode orgulhar¹².

Ainda no ano de 1941, Roque da Fonseca foi homenageado pelo governo brasileiro, recebendo o grau de comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, o que indica seu prestígio junto ao governo brasileiro.¹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado nos parágrafos anteriores, Roque da Fonseca foi uma expressiva liderança do empresariado português. De um modo geral, as associações de interesse privado conquistaram espaços políticos expressivos ao longo do século XX. O aumento da capacidade de representabilidade dessas associações foi acompanhado de uma progressiva integração com o poder público. Não raramente, essas associações eram convidadas pelo Estado a atuarem como agências de certificação e de auto-regulação de grupos e setores, o que conferia ao governo legitimidade, já que poderia contar com essas associações nos processos de implementação de decisões políticas, o que representava uma alternativa à intervenção estatal direta na tomada de decisões. A própria natureza das associações de interesse privado consiste em promover os interesses de seus membros junto às esferas política e econômica de seus Estados, logo, uma liderança de entidade necessariamente deve buscar estabelecer relações sólidas com o governo e seus agentes (STREECK, 2002: 3187-3188). Roque da Fonseca, como representante da Associação Comercial de Lisboa, insere-se nesse processo. Ao longo de sua trajetória como representante empresarial é possível observá-lo compondo arenas do Estado e dialogando diretamente com o governo, em especial a respeito das relações comerciais entre o Brasil e Portugal. Sua trajetória, portanto, não se limita a Associação Comercial de Lisboa, pois se insere também em arenas políticas que lhe conferem canais de acesso privilegiados ao Executivo.

Não há estudos específicos a respeito de sua atuação como representante do empresariado português e tampouco como parlamentar. Nesse sentido, a análise de sua trajetória poderá contribuir não só para as investigações acerca do empresariado português no

¹² As relações econômicas luso-brasileiras. Rio de Janeiro, **Jornal do Brasil**, p.17, 5 de agosto de 1941.

¹³ A Ordem do Cruzeiro do Sul concedida a várias personalidades européias e americanas. Rio de Janeiro, **Jornal do Brasil**, p.5, 3 de outubro de 1941.

contexto do Estado Novo, mas também será relevante para compreender as relações luso-brasileiras no campo econômico entre as décadas de 1930 e 1940.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

CARVALHO, Rita Almeida de. A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949). **Penélope**, n.24, 2001. PP.7-30.

FERREIRA, Joaquim. **História de Portugal**. 2 ed. Porto: Editorial Domingos Barreira, p.953.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. (org). **A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MADUREIRA, Nuno Luís. O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). **Análise Social**. Lisboa, vol. XXXIII, (148), 1998 (4º).

MARQUES, A. H. Oliveira. **A Primeira República Portuguesa**. Alguns aspectos estruturais. Lisboa: Livros Horizonte Lda

MARQUES, A. H. Oliveira. **História de Portugal** – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr.. General Eanes. 3. Ed. Lisboa: Palas Editores, 1986.

ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). In: MATTOSO, José. (dir). **História de Portugal** – o Estado Novo (1926-1974). Portugal: Editora Estampa, 1998.

PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PATRIARCA, Fátima. **A questão social no salazarismo (1930-1947)**, 2 vol. Lisboa: IN/CM, 1995, 669 p.

PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SCHIAVON, Carmem G. Burget. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. Tese de doutoramento em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, p. 287.

STREECK, Wolfgang. HASSEL, Anke. Interest group organization. International encyclopedia of business and management, Vol. 4. London: Thomson Learning, 2002. , p. 3187-3188

PERIÓDICOS

A Noite.

Jornal do Brasil

Correio da Manhã

Base de consulta: Hemeroteca Digital Nacional da Biblioteca Nacional

(<http://hemerotecadigital.bn.br>)